



A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional

The professional insertion of the young people in times of technological and organizational innovation

Mariléia Maria da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumo

A partir de um breve estudo da literatura francesa sobre a inserção profissional, apresento elementos que possam contribuir para a problematização da inserção profissional de jovens no Brasil, em um momento de profundas mudanças na relação capital-trabalho. As dificuldades de inserção profissional expressam as relações produzidas no âmbito do capital. Portanto, a noção de inserção profissional, em tempos de “flexibilização das relações de trabalho”, perde seu status e se reduz ao mero ingresso no mercado de trabalho. Essa equivalência de termos é um indicativo evidente do quanto as condições de trabalho no capitalismo contemporâneo, sob o discurso da globalização, tornam-se ainda mais solapadas. Assim, a inserção profissional não pode ter uma definição *a priori*, pois se trata de uma construção social, devendo ser apreendida a partir das relações que os homens estabelecem entre si nos diferentes momentos históricos.

Palavras-chave: Inserção profissional. Jovens. Relações sociais.

Abstract

Since the brief study of the French scientific texts about the professional insertion, I intend to present elements which may contribute to the problematization about the professional insertion of young people in Brazil, at a moment that deep changes occur in the capital-work relation. The difficulties in the professional insertion express the relations produced in the capitalist ambit. Therefore, the notion concerning to the professional insertion, in times of “flexibilization of the labor relations”, lost its status and was reduced to the mere entry into labor market. This equivalence of terms is an evident indicative of the labor conditions in the contemporary capitalism, under the speech about globalization, they become still more deteriorated. Thus, the *professional insertion* shouldn't have one definition without a context, because it is a social creation, that must be grasped since the relations which mankind establish among itself in the different historical moments.

Keywords: Professional insertion. Young people. Social relations



Introdução

No Brasil, é escasso o debate sobre a inserção profissional. Isso impede constituir um campo de pesquisa plenamente consolidado. Essa escassez também pode estar relacionada ao lugar, em termos de prioridade, que o tema ocupa nas políticas sociais, cuja tônica tem se direcionado para um conjunto de “ações focalizadas” e contingenciais, em detrimento de uma concepção universalista de direitos sociais. Diferente parece ser a experiência europeia, sobretudo a francesa, ao menos no que diz respeito a certo acúmulo de pesquisas relacionadas à questão da inserção profissional.

Existe na França, desde a década de 1970, o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Qualificação (CEREQ), cuja finalidade é analisar o impacto das questões relativas à formação no mercado de trabalho, sobretudo a relação entre o sistema de ensino e o setor produtivo. O CEREQ tem uma tradição de pesquisa voltada para o acompanhamento longitudinal das condições de ingresso no mercado de trabalho dos jovens egressos do sistema de ensino. Embora criticado por seu passado histórico de reiteração das políticas adaptativas aos requerimentos do setor produtivo, sua atuação tem contribuído para a elaboração de um conjunto de dados ao longo das últimas décadas.

É possível afirmar que as discussões sobre a problemática da inserção profissional dos jovens na França, se comparadas às que ocorrem no Brasil, apresentam-se mais substanciais, tanto em qualidade quanto em quantidade. Sem desprezar o mérito dos pesquisadores no Brasil, o fato é que naquele país o acesso às pesquisas de diversas naturezas e o acúmulo de experiências na área possibilitam a consolidação de um campo de investigação que, no momento atual – em que o desemprego e a precarização nas relações de trabalho aumentam –, tem permitido maior visibilidade da situação profissional dos jovens com diferentes níveis de escolaridade e formação, bem como da origem de distintos segmentos sociais.

Neste artigo pretendo apresentar brevemente alguns elementos, a partir da literatura francesa,¹ que possam contribuir para a problematização da inserção profissional de jovens no Brasil, em um momento de profundas mudanças na relação capital-trabalho, dentre as quais se destacam o desemprego e a precarização das condições de trabalho.



Na primeira parte, retomo brevemente alguns pesquisadores franceses que se debruçaram sobre a questão da inserção profissional, considerando-a sob diversos enfoques, desde uma perspectiva histórica aos processos mais atuais de inserção profissional, sua relação com a escola, o mundo produtivo e as políticas governamentais. Na segunda parte, à luz desse referencial, procuro evidenciar os limites sob os quais tal discussão se apresenta no Brasil e a necessidade de se avançar sobre a problemática.

1. A inserção profissional na França e no Brasil: considerações iniciais

Os estudos franceses sobre a questão da inserção profissional dos jovens situam-se tanto na perspectiva quantitativa, por exemplo o acompanhamento longitudinal de uma amostra de jovens em diferentes momentos da trajetória após a saída do sistema de ensino (CHARLOT; POTTIER, 1989; MARTINELLI; SIGOT; VERGNIES, 1997, MONCEL; ROSE, 1995), como de natureza qualitativa, por meio de entrevistas com jovens que buscam uma inserção no mercado de trabalho. (TROTIER; LAFORCE; CLOUTIER, 1997). Por uma ou outra via de análise, o fato é que ambas as abordagens combinadas resultam no mapeamento de diversos aspectos envolvendo a entrada do jovem na vida ativa.

Muitos trabalhos abordam a questão da inserção profissional de maneira mais ampla, realizando comparações entre os diferentes tipos de diplomas, de emprego, e origem social. Verificam-se, além dos clássicos estudos sobre origem social e escolaridade², trabalhos que procuram evidenciar a complexidade das relações estabelecidas entre as estratégias de inserção profissional e a utilização das redes sociais como mecanismo credenciador na procura por um emprego. (MARTINELLI; VERGNIES, 1999, MARRY, 1983, DUPREZ; GRELON; MARRY, 1991, DEGENNE; FOURNIER; MARRY; MOUNIER, 1991). Ainda é possível citar os autores que se dispõem a conhecer as representações que os jovens têm da sua própria inserção. (TROTIER; LAFORCE; CLOUTIER, 1997).

Atualmente parece haver certo predomínio de pesquisas que buscam refletir sobre a situação dos jovens considerados mais "vulneráveis" aos efeitos reestruturadores do mercado de trabalho, sobretudo os filhos de imigrantes e



pertencentes aos meios sociais menos favorecidos economicamente. Nessa linha, destacam-se os estudos sobre violência, racismo, drogas, e as respectivas políticas governamentais destinadas a esse segmento (MAUGER, 2001, WERQUIN, 1997).

De acordo com Trottier (1998), o ingresso do jovem na vida ativa constitui um campo de pesquisa extremamente controverso. É possível distinguir dois tipos de pesquisa sobre a inserção profissional. Uma que parte de uma análise interna do sistema educativo, em que é investigada a trajetória escolar dos alunos – nessa ótica, o sistema educacional é percebido como uma “agência” na qual são realizadas “seleções” e “triagens” dos indivíduos na estrutura das ocupações, assim, buscam identificar a gênese das desigualdades escolares e apreender as relações entre desigualdade escolar e social, mobilidade e estratificação social. Já o segundo tipo de abordagem centra seu interesse nas saídas do sistema educativo e o ingresso no mercado de trabalho – com origem nos anos de 1970, inicialmente tais pesquisas foram elaboradas com o fito de responder às necessidades de gestão e planejamento das instâncias governamentais e das instituições de ensino.

A crise dos anos 1980 põe em xeque essa visão de adequação formação/emprego, ganhando destaque os estudos das trajetórias profissionais, cuja perspectiva visa resgatar a diversidade nos modos de inserção profissional, buscando a interação entre trajetórias biográficas e contextos estruturais. (DEMAZIÈRE; DUBAR, 1997).

Atualmente na França existem muitos estudos sobre as saídas do sistema escolar e o ingresso no sistema produtivo, o que de certa maneira serve para monitorar o setor produtivo e estabelecimentos de ensino sobre as futuras demandas e “entregas” de formandos. Porém Trottier (1998), concordando com Tanguy (1997), acrescenta que os estudos existentes são mais descritivos do que explicativos, e mais repetitivos do que cumulativos. Portanto a vinculação às práticas estatais acaba por confirmar mais do que interrogar. Entretanto, avalia Trottier, outras abordagens têm surgido mais recentemente e, de certa maneira, vão se contrapor a essa visão.

Para Dubar (1999), o debate sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, assim como na sociedade, constitui objeto de pesquisas, na França, desde os anos de 1970. Anteriormente, a inserção era definida como um problema psicológico relacionado a um estado do desenvolvimento



do adolescente ou a patologias diversas da adolescência. (PIAGET, 1964, DEBESSE, 1962 apud DUBAR, 1999).

Porém, é com o aumento do desemprego na França que as discussões sobre inserção profissional e as políticas de ajuda à obtenção ao emprego ganham mais destaque e passam a contemplar a ideia de exclusão social. Pondera Dubar (1999) que, apesar dos estudos sociológicos sobre o ingresso dos jovens na vida ativa e dos estudos sobre transição da escola ao mercado de trabalho terem permitido o acúmulo de conhecimentos empíricos numerosos e relativamente cumulativos, ainda não há um conceito preciso sobre inserção.

Além da polissemia do termo, há que se ter em conta os pontos de vista sobre a crise do trabalho e as mutações do emprego, que se apresentam de tal modo divergentes, que é possível falar que existe, no atual momento na França, uma teoria sociológica da inserção.

Sobre as políticas governamentais destinadas a solucionar a questão do desemprego entre os jovens, Verquin (1997) aponta que há muitos estudos que questionam a efetividade das medidas, já que, muitas vezes, acabam por ajudar aqueles jovens mais “preparados”. Partindo de resultados de três pesquisas realizadas pelo CEREQ em torno dos jovens menos diplomados, a autora verifica o papel dos dispositivos³ de inserção em relação ao desemprego e considera que tais medidas de inserção têm se tornado um instrumento de regulação da inserção profissional nos últimos dez anos, tanto em termos individuais (trajetórias) quanto na evolução do tempo de preparação dos jovens desempregados.

Ela entende que esses dispositivos podem se inspirar em dois grandes grupos de ideias. O primeiro seria aquele preocupado em corrigir as deficiências dos jovens quando ainda estão fora da empresa, tendo em vista a impossibilidade dos empregadores de arcar com os custos da qualificação – os jovens teriam, então, certa vantagem em relação ao adulto experimentado. O segundo grupo seria aquele a favor de medidas que poderiam favorecer certa economia na busca por um emprego. Assim, a remuneração, durante o período em que estivesse usufruindo da medida, funcionaria como espécie de subvenção na procura por uma ocupação. No entanto, observa a autora, em momentos de maior dificuldade de emprego, essas políticas não são mais do que substitutos temporários de empregos.



Existe uma visão de que esses dispositivos de emprego para os jovens teriam um papel formador, considerando que certas medidas de inserção acabariam por promover um contato dos jovens com o mercado de trabalho num tipo de atividade à margem da esfera dos empregos regulares, contribuindo para despertar o interesse por essas atividades. Num outro sentido, os empregos de inserção funcionariam como espécie de redistribuidor das desigualdades iniciais do diploma, de sucesso escolar, social, e de competências. Em outros termos, trata-se de administrar a fila de espera aos empregos regulares de tal modo a evitar a criação de grupos de excluídos por estarem muito tempo fora do mercado de trabalho, garantindo para cada grupo um nível de empregabilidade compatível com as exigências do recrutamento.

A situação dos jovens com diploma em nível superior, embora pareça menos precária, tem demonstrado grande fragilidade. Moncel; Rose (1995), apoiando-se em dados do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE) e do CEREQ, revelam que os jovens graduados apresentam maiores problemas com relação à estabilização e reconhecimento de suas qualificações do que propriamente à inserção. E no que diz respeito aos salários, em média, os seus são superiores aos salários recebidos pelos grupos mais jovens. No entanto, reiteram os autores, os diplomados do ensino superior em diferentes períodos que englobam a década de 1990, sofreram uma piora das condições de ingresso no mercado de trabalho francês. Essa análise também foi confirmada por Pottier (1992).

Martinelli e Vergnies (1999), analisando uma pesquisa retrospectiva do CEREQ, realizada em dezembro de 1994 e janeiro de 1995, sobre os primeiros anos da vida profissional dos egressos da universidade em 1992, argumentam que o aumento do número de egressos do ensino superior se acentua desde 1988, porém os empregos sofrem uma estagnação, o que os coloca numa situação de maior vulnerabilidade em relação ao desemprego, ainda que sua inserção seja mais favorável do que a dos concluintes do ensino secundário.

No que diz respeito às condições de trabalho e salário, os autores revelam que a precariedade dos primeiros empregos é mais intensa, o acesso aos postos de *cadres*⁴ tem se tornado menos frequente no início da carreira e os salários diminuíram.



No final da década de 1980 e início de 1990, certa recuperação econômica provocou uma corrida por parte das empresas para recrutar os jovens mais bem diplomados, o que veio a favorecer particularmente os egressos do ensino superior. Porém, a situação não demorou muito a se deteriorar: o número de diplomados continuou crescendo, sobretudo daqueles oriundos das faculdades de comércio e engenharia, incentivadas a ampliar seus efetivos como forma de atender às previsões de contratações. Isso aconteceu de tal forma que, nos anos seguintes, houve dificuldades para acomodar esse contingente crescente.

No Brasil não temos uma tradição de estudos objetivados a monitorar a saída dos jovens do sistema de ensino e o seu ingresso no mercado de trabalho. Isso se daria a partir de grupos de pesquisas amplamente consolidados e de abrangência nacional, especialmente quando se trata de iniciativas governamentais, que poderiam fornecer ao menos a infra-estrutura básica em que os pesquisadores pudessem se apoiar.

Essa ausência traz prejuízos de ordem quantitativa – estatísticas sobre a especificidade juvenil em termos de escolarização, trabalho, e outros aspectos – e, em decorrência dela, a dificuldade de análises mais aprofundadas que pudessem contribuir para o fortalecimento de estudos sociológicos sobre a juventude.

Os estudos existentes no país podem ser entendidos como empreendimentos individuais de pesquisadores, geralmente vinculados a instituições de ensino, ou ainda por parte dessas quando interessadas em mapear o perfil de sua clientela, casos mais comuns no nível superior⁵. Dentre os estudiosos que se propõem a analisar a temática da juventude numa perspectiva mais abrangente, geralmente relacionada às novas formas de socialização e à relação com a escolaridade e o trabalho, muitos tomam como base a literatura francesa. (NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000).

A exemplo de Pochmamm (1998), que, apoiado nos estudiosos franceses, aponta que no Brasil o aumento do desemprego entre os jovens desde os anos de 1990 tem provocado uma profunda alteração no padrão de inserção ocupacional dos jovens. O autor refere-se à inserção profissional como um termo reservado aos indivíduos que jamais pertenceram à população ativa num momento anterior ao seu ingresso. (VERNIÈRES, 1997).



Trata-se, portanto, da passagem da inatividade para a atividade. Esse momento está relacionado a três componentes: término dos estudos, ingresso no mercado de trabalho e formação de uma nova família. (TROTTIER, 1998). Diante da impossibilidade de ingresso no mercado de trabalho, esse tripé encontra-se substancialmente alterado: os jovens tendem a permanecer mais tempo na casa dos pais – devido à dificuldade em conquistar autonomia financeira –, assim como têm resistido à ideia de constituição de uma nova família, e retardam a saída da escola, tida como uma alternativa frente ao desemprego. (GALLAND, 1991).

No entanto, levando em consideração a sincronia existente entre os três componentes citados acima, é preciso perguntar em que medida, no Brasil, podemos fazer referência à constituição de uma passagem da inatividade para a atividade?

Porém, pode-se observar que a constituição de um novo núcleo familiar parece ser uma característica que vem marcando também os jovens brasileiros, um fenômeno que está diretamente vinculado às dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. O jovem, tendo em vista os obstáculos que ele encontra para conseguir um emprego que lhe permita um mínimo de segurança para sustentar uma nova família ou a si, tende a protelar o casamento. Contudo, essa convergência com o que aponta a literatura francesa merece cuidado, quando nos referimos ao Brasil, haja vista as diferenças sociais e culturais que envolvem a juventude no Brasil. Tal tema é bastante complexo e tem atualmente se destacado na literatura nacional. (SOUSA, 1999).

Com relação ao alongamento dos estudos como mecanismo de enfrentamento das dificuldades de inserção profissional, mais uma vez é prudente avaliar de que jovens estamos falando. Dois aspectos devem ser considerados no que se refere ao fenômeno “alongamento”. Em primeiro lugar, é certo que a população escolarizada no Brasil na atualidade é superior, em termos proporcionais a décadas anteriores, o que não significa que tenhamos alcançado níveis razoáveis de incorporação demandados pela população em idade escolar. Assim, ao apontar para um “alongamento da escolaridade” no Brasil, é preciso considerar que estamos falando em termos estatísticos de um contingente significativamente inferior quando comparados com os dados que compõem a realidade francesa.



Em segundo lugar, tal alongamento visto como um substituto da inserção no mercado de trabalho – ou seja, os jovens por falta de oportunidades ocupacionais acabam investindo nos estudos e esticando seu tempo de permanência na escola – exige um cuidado redobrado, uma vez que, mesmo entre os que conseguem alcançar níveis mais altos de escolaridade, é expressiva a quantidade dos que mantêm, concomitantemente aos estudos, algum tipo de inserção no mercado de trabalho, ainda que em situação provisória. Para muitos, é a própria permanência em alguma atividade que lhes propicia um rendimento financeiro, a garantia de poder dar continuidade aos estudos. Para outros, o trabalho pode estar relacionado menos a um imperativo financeiro e mais a aspectos ligados a experiências, sociabilidade e outros. (MADEIRA, 1986; CARDOSO; SAMPAIO, 1994). Tanto numa quanto na outra categoria, o desempenho de alguma atividade remunerada se coloca como estratégia cada vez mais combinada com os estudos.

Entendo que a exclusividade aos estudos como forma de adiamento do confronto com o mercado de trabalho possa ser utilizada por uma parcela reduzida da população universitária, evidentemente entre os jovens pertencentes a famílias com maiores recursos financeiros. Já que mesmo entre esses é frequente a presença no mercado de trabalho⁶, acabo chegando à consideração de que o alongamento da escolaridade se apresenta de maneira diferenciada entre os jovens no Brasil.

Permanecer na escola parece significar para os jovens uma estratégia para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho, seja por acreditarem estar se capacitando para o atendimento às demandas do setor produtivo, ou por estarem interessados na aquisição de um diploma que os coloque num patamar diferenciado em relação a uma boa parcela que não consegue, sequer, obter a escolaridade mínima. Segundo Pochmann,

[...] a escola parece se transformar, algumas vezes, em uma espécie de refúgio temporário do jovem diante do quadro de generalizada escassez de emprego, [...] uma estratégia oculta de disputa por uma vaga, uma das marcas do novo padrão instável e competitivo de inserção ocupacional. (POCHMANN, 1998, p. 24).

Ressalto que, entre os jovens portadores de diploma de graduação, a continuidade dos estudos tendencialmente é acompanhada pela presença no mercado de trabalho. Portanto, não são situações excludentes. E isso



representa um paradoxo: quanto menores são as possibilidades dessa parcela escolarizada de ingressar no setor produtivo em conformidade com os “benefícios” prometidos pela titulação – ou seja, emprego garantido, maiores salários, melhores condições de trabalho –, maior é o empenho dela em antecipar as etapas (trabalhar antes da conclusão do curso), ingressando no mercado de trabalho mesmo que em condições julgadas aquém das suas aspirações e, concordando com Pochmann (1998), ocupando os empregos destinados aos jovens com menor escolarização.

De acordo com Tanguy (1997), o adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho é um fenômeno geral, que atinge de modo especial à França, cujo índice de atividade entre os jovens diminuiu sensivelmente. As políticas educativas e de inserção têm sido orientadas para o prolongamento dos estudos como forma de conter as demandas para o setor produtivo. No entanto, a autora adverte sobre as diferentes situações que envolvem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, pois o desemprego é desigual e segregativo, integrando o processo de constituição da estratificação do próprio assalariado.

Considero que talvez pudéssemos falar não de uma inserção profissional, mas de *reinserções*, quando tomamos a realidade dos egressos do ensino superior. O contato com o mercado de trabalho faz parte da constituição do perfil do aluno universitário, e é, em certas circunstâncias, a condição essencial para que outras etapas se cumpram, porém, não a partir de um movimento linear, automático⁷, maquinal.

Sinteticamente, poderíamos dizer que o efeito “antecipador” da ida para o mercado de trabalho, juntamente com o efeito “retardador” da saída do sistema de ensino, pertencem ao mesmo processo que tende a caracterizar a inserção profissional dos jovens no Brasil. (SILVA, 2004).

2. Inserção profissional e inserção no mercado do trabalho: a equivalência forjada

Seja em se tratando de jovens com baixo ou alto nível de escolaridade, o fato é que o desemprego juvenil tem alterado profundamente o processo de inserção profissional. Para Charlot e Glasman (1999), há um consenso entre os pesquisadores de que a inserção é cada vez mais um processo



que se alonga, e não mais um momento da história do indivíduo. Para que se compreendam os atuais processos de inserção profissional, os autores sugerem modelos “tipos-ideais” que configurariam a entrada no trabalho em uma perspectiva histórica, assim classificados: A) *Trabalhar*, B) *Ir trabalhar*, C) *Inserir-se*, D) *Engajar-se*.

A) *Trabalhar*: nesse modelo os autores retomam a noção de educação e formação profissional como inseparáveis. A criança, nesse período, século XIX, vive um universo unificado que se caracteriza pela não separação estrita entre o meio de vida e o meio de trabalho. A formação não é pensada como construção de competências, mas como domínio de atividades. A educação, por sua vez, não se apresenta como apropriação de conteúdos intelectuais, mas como domínio de sua vida e de suas relações com os outros. Nesse momento, a ideia de inserção não é pensada e não faz nenhum sentido. No máximo, alguns ritos de passagens que dizem respeito à tomada de responsabilidades sobre terras familiares ou o acesso ao status de mestre depois da realização de atividades relevantes. De todo modo, esses momentos não se colocam como a passagem de um mundo “fora do trabalho” para o “mundo do trabalho”.

84

B) *Ir trabalhar*: nesse momento, a figura tipo-ideal descrita anteriormente vai cedendo lugar a uma outra forma de relacionamento entre os saberes, a atividade profissional, e a inserção no mercado de trabalho. Esse processo ocorre primeiro nos meios urbanos, depois, aos poucos, atinge o meio rural. O que era antes unificado, dissocia-se: o espaço da vida e o espaço do trabalho. Surge um espaço-tempo profissional, não familiar, uma identidade profissional que se diferencia da identidade familiar. Ao mesmo tempo que o espaço da vida privada se “desprofissionaliza”, as relações afetivas no seio da família tornam-se mais evidenciadas.

A escola apresenta-se como espaço específico para a juventude, um lugar distinto da família e do trabalho, e que vai construir aprendizagens e disseminar valores. Assim, quando se fala de espaços dissociados, fica evidente a noção de passagem de um espaço para o outro. Nesse momento, ainda não se pode remeter claramente à ideia de inserção, porém ela já começa a ser esboçada.



De acordo com Charlot e Glasman (1999), tais dissociações não ocorrem num mesmo ritmo nos diversos setores de atividade, nem sem conflitos, e integram um movimento que tem início no fim da Idade Média e só termina com o fim da sociedade rural; que na França ocorre entre as décadas de 1950 e de 1960. As manifestações de resistência a essas separações não tardam a aparecer, especialmente nas camadas urbanas proletarizadas do século XIX, nas quais era comum a recusa do operário em sair da concubinação para se estabilizar numa “família”. Embora já operasse uma separação entre a vida e o trabalho, as ligações ainda permaneciam fortes entre o espaço familiar, a escola, e o mundo do trabalho.

C) *Inserir-se*: somente a partir da década de 1960 é que a questão da inserção vai se colocar verdadeiramente. Não mais se trata de entrar no mercado de trabalho por estar em idade de passar de uma fase a outra, mas pela necessidade de encontrar um lugar no mercado concorrencial a partir do momento em que sai do sistema escolar.

A democratização do ensino secundário e suas distintas ramificações, que vão desembocar em níveis diferentes na divisão social do trabalho – além da massificação da universidade na segunda metade dos anos 1980 e 1990, vão constituir um marco importante para a construção de um universo da escola e da juventude muito diferentes do mundo do trabalho. Desse modo, não mais se passa do espaço familiar para o espaço do trabalho, mas a correspondência está entre o sistema escolar e o mercado de trabalho. Isso significa não apenas uma passagem contínua, mas a ruptura de fronteiras.

Segundo Charlot e Glasman (1999), durante esse período, o desenvolvimento econômico na França possibilita a criação de novos empregos e uma transformação na estrutura familiar, essa definida como “mobilidade estrutural”. (THÉOLOU, 1982 apud CHARLOT; GLASMAN, 1999). Dessa maneira, a posição que o jovem pode ocupar na divisão social e profissional está estritamente relacionada àquela que ele logrou ocupar no sistema escolar. A escola passa a ser vista não apenas como local de saberes e “saber-fazer”, mas também como um pré-posicionamento na hierarquia social.

D) *Engajar-se*: durante os anos de 1960 e 1970, a questão da inserção esteve associada à ideia de mobilidade social, resultante da melhor posição encontrada no mercado de trabalho; nessa perspectiva, havia lugar para todos, mesmo para os menos exitosos no sistema escolar. No entanto, a



partir do final dos anos de 1970, a realidade vai desmentir a ideia de “lugar para todos”. E isso é percebido mesmo para aqueles com diploma, o que coloca a noção de inserção num outro patamar: não mais se trata de conseguir o melhor lugar, mas antes, de obter um lugar, qualquer que seja.

Inserir-se não mais aparece como um momento em que se atravessa um limiar, mas como um período de passarelas que se deve ultrapassar até chegar à terra prometida. Em outros termos, a inserção não mais diz respeito “[...] a uma lógica de articulação de espaços onde as fronteiras estão misturadas, mas de uma lógica temporal de percursos.” (CHARLOT; GLASMAN, 1999, p. 21).

Para Charlot e Glasman (1999), o deslocamento dos jovens do universo profissional durante o período que se segue à sua saída do sistema escolar não é algo novo. Se antes caracterizava um período de procura por um emprego que mais bem correspondesse às suas aspirações, sendo, portanto, deslocamento voluntário, atualmente o que se percebe é que esses constantes deslocamentos lhes são impostos e travestidos de diferentes formas⁸, sempre marcados pela precariedade, insegurança e instabilidade. Para os autores:

86

O sujeito deve então se construir num mundo que se quer ‘fluido’, ‘flexível’, ‘intersticial’, pensável em termos de fluxos e de redes. Dito de outra forma, não pode mais se apoiar em referências fortes e seguras. A identidade social e profissional não é mais proposta através de figuras identificatórias que ilustram as diferentes fases de uma vida no trabalho, ela deve ser elaborada ao longo das ‘oportunidades’ que o jovem reencontra no percurso que é cada vez mais uma aventura. Atenção, no entanto, para não se enganar na interpretação: essa aventura é uma viagem sem bússola no meio de obstáculos mais do que a descoberta de grandes espaços. (CHARLOT; GLASMAN, 1999, p. 23, grifos no original).

Assim, referem-se à inserção dos jovens no mercado de trabalho, na atualidade, como um “verdadeiro percurso de combatentes” (CHARLOT; GLASMAN, 1999), que se apresenta sob três características: primeiro, o diploma garante cada vez menos o posicionamento na divisão social do trabalho – não é mais uma garantia, mas um recurso. Segundo, os custos de adaptação ao mundo do trabalho, e em particular ao emprego, não são mais considerados pela empresa, mas repassados à esfera pública por meio de estágios de diversas naturezas, ou para o próprio jovem. Terceiro, o jovem



não pode esperar encontrar um trabalho estável se ele não tem experiência profissional. Tal experiência se expressa na “empregabilidade”, ou seja, na capacidade do jovem de demonstrar seu engajamento pessoal na empresa e a interiorização de uma identidade profissional calcada não no trabalho em si, mas nas referências apresentadas pela própria empresa.

Nessa perspectiva, o jovem é impelido a forjar uma identidade profissional em um universo que não se apresenta com itinerários definidos; ao contrário, gera fortes constrangimentos. Ao jovem cabe construir uma subjetividade que o torne “empregável”. A questão é agravada, prosseguem os autores, porque o jovem não buscaria apenas uma ocupação, ele estaria interessado no *verdadeiro trabalho*⁹, ou seja, não apenas em prover necessidades materiais, mas numa forma de construir uma relação com o mundo, com os outros, e consigo.

No entanto, conforme pesquisa realizada com jovens graduados sobre suas expectativas profissionais (SILVA, 2008)¹⁰, a lógica que tem configurado a formação desses sujeitos, em nome das atuais inovações tecnológicas e organizacionais, tende a reduzir ainda mais o trabalhador aos desígnios do capital, ao ponto destes enxergarem o *mercado de trabalho como um fim em si mesmo*¹¹. Trata-se, portanto, de uma visão utilitarista sobre o saber e uma noção economicista sobre o exercício profissional.

Nesse horizonte, considero que a noção de inserção profissional, em tempos de “flexibilização das relações de trabalho” – leia-se rebaixamentos salarial, contratos temporários, maior exigência qualificacional sem o equivalente de cargo e desemprego – parece equivaler a simples inserção no mercado de trabalho. Em outros termos, estar inserido profissionalmente, condição cada vez mais difícil de ser alcançada, perde seu status e se reduz ao mero ingresso no mercado de trabalho. Essa equivalência de termos é um indicativo bastante evidente do quanto as condições de trabalho no capitalismo contemporâneo, sob o discurso da globalização, sociedade do conhecimento, entre outros, tornam-se ainda mais solapadas.

Dessa forma, reitero com Charlot e Glasman (1999) ao proporem uma retrospectiva da ideia de inserção profissional relacionando-a aos distintos tempos históricos, particularmente na França, quando colocam em questão a rigidez com que muitas vezes a noção é utilizada. A partir do momento em que não há uma contextualização histórica, corre-se o risco de imprimir à inserção



profissionais características que não mais lhe servem, uma perenização que retira o caráter dinâmico que a constitui.

Para além disso, a inserção profissional não pode ser atribuída à lógica economicista, enaltecida da capacidade individual de ingressar no mercado de trabalho a partir do mérito próprio, desconsiderando as barreiras impostas pelo sistema sociometabólico do capital. (MÉSÁROS, 2002). Mas ao contrário, deve ser apreendida dentro dessa mesma lógica do capital. Deve-se perguntar: Qual inserção para qual sociedade? O que é estar inserido em uma sociedade capitalista?

Se partirmos do entendimento de que o capital apresenta leis próprias que acabam por configurar certa disposição da mercadoria “força de trabalho” entre os que serão aproveitados e os que serão descartados, a ideia de “inserção” perde completamente seu pretensão *status* de neutralidade, independência, e autonomia, passando do campo das motivações individuais para o campo das relações sociais.

Considero que a inserção profissional não pode ter uma definição *a priori*, antes se trata de uma construção social, portanto, deve ser apreendida a partir das relações que os homens estabelecem entre si nos diferentes momentos históricos.

Na mesma linha de argumentação, depois de realizar uma análise sobre as políticas de inserção na França, Mauger (2001) questiona a ideia de inserção quando colocada em termos de empregabilidade. Ao retomar a própria origem da noção de inserção, revela que esta aparece no início dos anos de 1970 e está associada à pauperização e a jovens deficientes, inadaptados, e delinquentes. As políticas de inserção visavam, então, à promoção social: uma visão extremamente ligada ao catolicismo de um lado e à educação popular de outro.

Na segunda metade dos anos de 1970, o debate sobre os jovens é deslocado para a relação entre jovens, escola e trabalho. Nesse período, são apresentadas as primeiras medidas promovidas pelo Ministério do Trabalho e da Educação quando são criados os “Estágios de Inserção Social”. (MAUGER, 2001). No que concerne aos pobres, a educação permanente é apresentada como uma solução. Nesse momento, a inserção dos jovens passa a ser uma prioridade nacional e o debate é deslocado para a questão da ineptia dos jovens em atender às exigências da empresa.



Para Mauger (2001), a Lei do RMI¹², promulgada em dezembro de 1988, marcaria a institucionalização da 2ª idade da inserção. O objetivo seria atender o excluído. Em certa medida essa nova fase representa a renúncia ao diagnóstico anterior – desajustamento das competências profissionais, cujo remédio seria a formação –, e se insere num contexto de liberalismo econômico no qual o desemprego é imputado à não-empregabilidade do próprio sujeito.

Ou seja, agora é menos a defasagem entre o título e o posto, e mais as disposições individuais dos sujeitos em estarem preparados para se inserirem. O que se pode afirmar é que a lógica econômica prevalece em detrimento da lógica educativa do momento anterior.

Assim, sustenta Mauger (2001), a classificação em categorias de “não-empregáveis” resulta na multiplicação de “empresas alternativas” e na predominância de contratos de ajuda ao emprego. “O espírito da empresa torna-se o princípio estruturante de todas as estratégias de intervenção social, a individualização torna-se o fio condutor das modalidades de inserção.” (MAUGER, 2001, p. 9).

No decorrer desse período, haverá todo um apelo por parte da mídia, que, alicerçada em dados estatísticos, irá evidenciar o aumento massivo do número de desempregados desde os anos de 1970.

Os contratos de trabalho de duração determinada (CDD), empregos em tempo parcial e outras situações de precariedade passam a compor o novo cenário para os jovens. A questão social, anteriormente focada neles, desloca-se para os “pobres”.

Segundo Mauger (2001), desde a segunda metade da década de 1970 foi criada uma série de dispositivos de ajuda ao emprego que podem ser classificados como fruto de uma política reparadora “à esquerda” de um governo “de direita”. E acrescenta que tais políticas, no fundo, acabam por permitir “a inserção dos inseridores”¹³, e mais ainda, “[...] a atenção para os excluídos do sistema escolar pelos relegados do sistema universitário.” (MAUGER, 2001, p. 9).

O autor reforça que o que está em jogo é a redefinição da visão legítima do desempregado e do desemprego pela noção de “não-empregável”, criando, dessa forma, um novo tipo de anormalidade: “o anormal da empresa”; ou seja, o sem-emprego, caracterizado por ser um inadaptado, um



deficiente social que precisa de uma readaptação para retornar ou ter acesso a um emprego.

Essa redefinição de desempregado faz coro com uma visão do mundo social dividida em “inclusos” e “exclusos”, o que favorece a destruição da concepção do mundo capitalista que se caracteriza pela divisão de classes sociais antagonicas. Nesse sentido, os dispositivos de inserção serviriam como instrumento de divisão e de desmoralização do mundo operário.

Na perspectiva do autor, tais dispositivos acabam por contribuir para a construção e estigmatização da “população problema”, assim como para o enquadramento de categorias de “não-empregáveis” em diversas classificações, convertendo as diferenças sociais em diferenças naturais. E para o jovem que se “beneficia” desses dispositivos de inserção resta se enquadrar no estatuto do “estagiário permanente” ou o “quase-empregado”, de tal forma que a consciência da ausência de futuro seja substituída pela idéia de um “futuro diferente”.

As categorizações apresentadas por Charlot e Glasman (1999), bem como as avaliações de Mauger (2001), quanto aos diferentes sentidos atribuídos à ideia de inserção profissional na França, quando se percorrem os diferentes contextos sociais – portanto, políticos e econômicos –, podem ser recuperadas para compreender como tal noção tem sido localizada no Brasil.

Embora não tenhamos, conforme já apontado, um conjunto de estudos que nos autorizem a definir com precisão, tampouco com mais profundidade, as especificidades que a discussão sobre inserção profissional entre os jovens requer, as contribuições dos autores poderiam nos impelir, ao menos, em problematizar como esse processo tem se colocado no Brasil.

Qualquer tentativa de análise pela visão reducionista dos binômios – *elevação da escolaridade é igual a emprego* ou *desqualificação profissional é igual a desemprego* – pouco contribui para a apreensão de uma questão que somente pode ser lida a partir das relações capitalistas. Significa, então, situar a problemática dos jovens e as dificuldades de inserção profissional como expressão das relações produzidas no âmbito do capital, cujas características têm sofrido intensas modificações nas últimas décadas.

Os estudos que abordam a natureza dessas mudanças e suas consequências para a vida social são amplos¹⁴. Para Mézáros:



[...] avanços no 'Know-how' científico podem ser agora transformados em meios de produção realmente empregados, não no terreno das (nem em resposta às) necessidades humanas, mas tão somente se seu procedimento favorecer aos interesses do sistema do capital. É por isso que, não apenas algumas linhas de pesquisa inerentemente produtivas não prosseguem, mas também uma grande parte de conhecimento já existente, junto com incontáveis inventos práticos, é 'arquivada' ou inteiramente reprimida, sempre que conflite com os interesses do capital. (MÉZÁROS, 2002, p. 663).

Buscar uma compreensão mais precisa das grandes mudanças sociais, políticas e econômicas em curso, desde as últimas décadas, significa localizá-las como expressão das necessidades impostas pelo capital à sua crise, que é estrutural e inerente ao seu próprio movimento. Portanto, trata-se de uma perspectiva que considera a relação capital-trabalho como eixo norteador de qualquer tentativa de análise dos fenômenos sociais.

Assim, ao contrário do que os críticos a essa aceção informam, deve-se levar em conta não apenas a degradação de uma materialidade visível, mas também a constituição de novas subjetividades, mais ainda, a inter-relação entre ambas. Nesse sentido, Antunes (1995) entende que as transformações no mundo do trabalho foram tão intensas e profundas para os trabalhadores, que têm afetado não apenas a sua materialidade, mas também sua subjetividade, e, conseqüentemente, sua forma de ser.

Vivemos o aprofundamento da miséria social em uma sociedade em que o Estado tem deixado de ser o principal provedor das políticas públicas, repassando-as direta, ou indiretamente, à sociedade civil que – já fragilizada por vivenciar históricas privações no campo político ou econômico – não consegue se articular num nível razoável de criticidade, de modo que daria respostas mais efetivas às suas necessidades. E isso combinado ao desemprego crescente e ao intenso processo de precarização das relações de trabalho.

A ausência de uma expectativa de vida com dignidade atinge todos aqueles impelidos a se submeter a essas relações de trabalho cada vez mais aviltantes, mas sua faceta mais perversa mostra-se entre aqueles que, por sua condição de juventude, lhes restam poucas e rasas perspectivas.

Segundo Pochmann (2000), em torno de 49% do desemprego nacional correspondem à faixa etária de 15 a 24 anos, significando 3,3 milhões de jovens desempregos no Brasil.



Estudos em torno das possibilidades reais de ingresso de jovens com baixa escolaridade no mercado de trabalho têm apontado, na última década, de um lado para o crescimento das dificuldades de absorção de um contingente nada desprezível dessa força-de-trabalho (POCHMANN, 1998, 2000; SILVA, 2004); por outro, a configuração de uma política que prega a necessidade do aumento da escolaridade e formação profissional mais adequadas aos requerimentos produtivos, seja a partir de um investimento individual ou ações governamentais em parcerias com Organizações Não-governamentais (ONGs) – para atender especialmente aos jovens considerados em situação de riscos social.

Essa questão ganha mais relevância ainda quando se constata a crescente precarização nas relações de trabalho, verificadas pelo aumento do subemprego, contratos temporários, aumento drástico do emprego informal e, sobretudo, o desemprego. Em suma, os jovens estudam mais, porém estão cada vez mais sujeitos ao desemprego ou a empregos precários.

Isso posto, quero ressaltar a importância de pesquisas que se dedicam a compreender as reais condições de acesso ao emprego por parte dos jovens. De outra forma não chegaríamos à indigesta constatação, com o intuito da denúncia, de que os jovens estão experimentando o processo de destruição daquilo que serviu como referência na construção de uma identidade de trabalhador, ou seja, o emprego formal. Assim, os jovens continuam sendo preparados para se tornar trabalhadores assalariados, sem, no entanto, haver possibilidades concretas de empregos para todos, e menos ainda nas condições de outrora.

92

Considerações finais

Segundo o dicionário Houaiss (2002), inserção é “[...] introdução ou inclusão de uma coisa em outra; intercalação, interposição.” Trata-se, portanto, do ingresso em algo que já existe. A inserção profissional não se dá no vazio, requer condições materiais, objetivas e subjetivas. Nesse sentido, entendo que “inserir-se” significa estar sujeito a um modelo político, econômico e social.” (SILVA, 2004, p. 4).



Assim, parto do pressuposto de que a reflexão sobre as atuais condições de trabalho em geral, e particularmente para os jovens, deve ser localizada no âmbito das relações capitalistas. Em decorrência disso, o mercado de trabalho se caracteriza por uma dinâmica estabelecida na esfera das relações capital-trabalho, portanto, construído pelos próprios homens, sujeito às determinações do próprio capital.

Nessa perspectiva, ressalto que os jovens estão sujeitos às novas formas de objetivação e subjetivação de sua existência, materializada pela inovação tecnológica e organizacional. Conforme Wickert subjetivação é “[...] a forma pela qual os homens ao relacionarem-se com os regimes de verdade próprios de cada período histórico, se constituem sujeitos de suas próprias ações.” (EIZIRIK, 1997, NARDI, 2002 apud WICKERT, 2006, p. 2). A construção do “eu” não acontece de forma isolada, mas na relação com o outro.

É preciso reconhecer a existência desse processo de reconstrução de subjetividades, apreendendo a relação entre jovem e inserção profissional num contexto de destruição e ressignificação de certas condições que, tradicionalmente, serviram como referencial de um “bom emprego”. Assim, seria vislumbrada a urgência para a redefinição de políticas públicas para a juventude, que tenham como enfoque o jovem enquanto sujeito social, com necessidades que precisam ser conhecidas e analisadas. Isso significa relativizar o peso dado a certas orientações políticas que primam pela simples inclusão do jovem no mercado de trabalho, via de regra, alicerçada pelos mesmos princípios da precariedade que tanto criticam.

Caso que se explica pelo esgotamento do padrão taylorista-fordista de acumulação capitalista para atender às novas necessidades do capital. Essas impõem novas formas na relação capital-trabalho, pautada em uma racionalidade técnica e organizacional que combina maior produtividade com a dispensa de parte da mercadoria força de trabalho.

Sujeitos ao temor do desemprego e ao mesmo tempo alimentados pelo discurso do trabalho como um valor moral, esses jovens tendem a sucumbir, perder a autoestima, procurando outros meios de realização pessoal, e, não raras vezes, acabam punidos.



Notas

- 1 Todas as traduções são livres e de responsabilidade da autora.
- 2 Cf. Bourdieu e Passeron (1985).
- 3 Existe uma variedade de dispositivos de inserção dos jovens no emprego e cada qual tem uma finalidade visando a atender a um público-alvo: CQ (Contratos de Qualificação), CA (Contrato de Adaptação), SIVP (Estágios de Iniciação à Vida Profissional) e os TUCS (Trabalhos de Atividades Coletivas).
- 4 *Cadres* é a expressão utilizada pelos autores para fazer referência àqueles que têm funções de direção numa empresa. Entendemos que, neste caso, “executivo” possa ser a tradução para o português.
- 5 Um exemplo bastante comum são os questionários socioeconômicos aplicados aos candidatos ao vestibular de certas universidades no Brasil.
- 6 Cf. Silva (2004).
- 7 Em estudo com egressos do ensino superior, Silva (2004) aponta que mais da metade dos egressos que participaram da pesquisa haviam trabalhado antes da graduação.
- 8 Na França existe uma política de emprego destinada especialmente aos jovens: os contratos de duração determinada (CDD), uma maneira de aliviar e retardar os efeitos de uma pressão para os contratos de duração indeterminados (CDI). No Brasil, podemos situar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para jovens (PNPE) como uma política equivalente à do governo francês. No entanto, abrange apenas aos jovens com idade de dezesseis a vinte e quatro anos, que estejam freqüentando regularmente o ensino fundamental e médio, que não tenham experiência anterior no mercado de trabalho e que sejam oriundos de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. O objetivo desse programa, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é contribuir para a geração de empregos que possam resultar em renda para esses jovens. O PNPE foi criado pelo governo Federal por meio da Lei n.º 10.784, de 22 de outubro de 2003, complementado a Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Cf. Programa Primeiro Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/PrimeiroEmprego>>. Acesso em: 4 fev. 2004.
- 9 É necessário distinguir o trabalho como uma atividade histórica que possibilita a produção de bens materiais enquanto valor de uso, garantindo, conseqüentemente, a autocriação humana e o trabalho na sua forma abstrata como mercadoria força de trabalho que dá sustentação às relações capitalistas. Cf. Marx (1978).
- 10 Pesquisa realizada com graduados egressos da Universidade do Estado de Santa Catarina, que, durante o período de graduação, integraram algum projeto de pesquisa, seja na condição de bolsistas ou voluntários. Cf. Silva (2008).
- 11 Grifos no original.
- 12 Rendimento Mínimo de Inserção.
- 13 O autor utiliza a expressão para referir-se ao grupo de jovens, sobretudo universitários, que são beneficiados pelos dispositivos de emprego. Dentre os trabalhos realizados, incluem-se aqueles de animadores de estágios, formadores de formadores e outros.



14 Para uma análise sobre as transformações no mundo do trabalho Cf. Mézáros (2002), Antunes (1995, 2000), Frigotto (1996), Harvey (1994), entre outros.

Referência

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Les héritiers:** les étudiants et la culture. Paris: Éd. de minuit, 1985.

CARDOSO, Ruth. C. Leite; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 30-49, 1994.

CHARLOT, Alain; POTTIER, François. Dix ans d'insertion des diplômés universitaires. **Formation Emploi**, Paris, n. 25, p. 3-18, 1989.

CHARLOT, Bernard; GLASMAN, Dominique (Coord.). **Les jeunes, l'insertion, l'emploi.** 2. ed. Paris: PUF, 1999.

DEGENNE, Alain; FOURNIER, Irène; MARRY, Catherine; MOUNIER, Lise. Les relations sociales au coeur du marché du travail. **Sociétés contemporaines**, Paris, n. 5, p.75-97, mar. 1991.

DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. **Analyser les entretiens biographiques:** l'exemple des récits d'insertion. Paris: Nathan, 1997.

DISCIONÁRIO Houaiss Eletrônico. **Língua portuguesa.** Versão 1.0 5a. Novembro 2002.

DUBAR, Claude. Réflexions sociologiques sur la notion d'insertion. In: CHARLOT, Bernard.; GLASMAN, Dominique (Coord.). **Les jeunes, l'insertion, l'emploi.** 2. ed. Paris: PUF, 1999.

DUPREZ, Jean-Marie; GRELON, André; MARRY, Catherine. Les ingénieurs des années 1990: mutations professionnelles et identité sociale. **Sociétés Contemporaines**, Paris, n. 6, p. 41-63, jun. 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.



GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse**. Paris: Armand Colin, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MARRY, Catherine. Origine sociale et réseaux d'insertion des jeunes ouvriers. **Formation Emploi**, Paris, n. 4, p. 3-15, out./dez. 1983.

MARTINELLI, Daniel; SIGOT, Jean-Claude; VERGNIES, Jean-Frédéric. Diplômés de l'enseignement supérieur: l'insertion professionnelle se stabilise mais les écarts s'accroissent. **CEREQ, BREF**, Paris, n. 134, p. 1-4, set. 1997.

MARTINELLI, Daniel; VERGNIES, Jean-Frédéric. L'insertion professionnelle des diplômés de l'enseignement supérieur se dégrade. **CEREQ, BREF**, Paris, n. 107, p. 1-4, mar. 1999.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAUGER, Gérard. Les politiques d'insertion: une contribution paradoxale à la déstabilisation du marché du travail. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 136/137, p. 5-14, mar. 2001.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

MONCEL, Nathalie et; ROSE, José. Spécificités et déterminants de l'emploi des jeunes de 18 à 25 ans et de 26 à 29 ans: vers la fin de la transition professionnelle? **Économie et Statistique**, Paris, n. 283-284, p. 53-66, 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.) **Família & escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

POTTIER, François. L'insertion professionnelle des diplômés de l'enseignement supérieur. **CEREQ, BREF**, Paris, n. 82, p. 1-4, dez. 1992.



SILVA, Mariléia Maria da. **Inserção profissional e condição social**: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho. 2004. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

_____. Formar para o mercado de trabalho: A retórica da competência e competitividade nos cursos de graduação. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, maio./ago. 2008.

SOUSA, Janice Tirelli. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

TANGUY, Lucie. Formação: Uma atividade em vias de definição? **Veritas**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 387-410, 1997.

TROTTIER, Claude. Emergência e constituição do campo de pesquisa sobre a inserção profissional. In: DESAULNIERS, Julieta Beatriz (Org.). **Formação & trabalho & competência**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

TROTTIER, Claude; LAFORCE, Loise et CLOUTIER, Renée. Les représentations de l'insertion professionnelle chez les diplômés de l'université. **Formation Emploi**, Paris, n. 58, p. 61-77, abr./jun. 1997.

WERQUIN, Patrick. 1986-1996: dix ans d'intervention publique sur le marché du travail des jeunes. **Économie et Statistique**, Paris, n. 304-305, p. 121-136, 1997.

WICKERT, Luciana Fim. Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, jun. 2006.

VERNIÈRES, Michel (Coord.). **L'insertion professionnelle**: analyses et Débats. Paris: Economica, 1997.

Prof.a. Dra. Mariléia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina
Faculdade de Educação
Grupo de Pesquisa Comunicação e Processos de Ensino e de
Aprendizagem
E-mail | marileiamaria@hotmail.com

Recebido 20 jul. 2009

Aceito 27 jul. 2009